



Relatório de Reunião com Recomendações

Secretaria de Estado de Educação – SEE

1º Quadrimestre – 2019

Data da reunião: 13/6/2019



ASSEMBLEIA FISCALIZA – 1º QUADRIMESTRE DE 2019

RELATÓRIO DE REUNIÃO

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Educação

I – Apresentação

No dia 13/6/2019, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia recebeu Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 1º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado. Foi convidada para a reunião a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

II – Presenças

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia: deputadas Beatriz Cerqueira (Presidenta da Comissão e da reunião), Ana Paula Siqueira (suplente) e Leninha (suplente) e deputados Bartô e Professor Cleiton.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência: deputados Duarte Bechir (Vice-presidente), Professor Cleiton, Luiz Humberto Carneiro (suplente) e Zé Guilherme.

Demais deputados presentes: deputadas Andréia de Jesus, Laura Serrano e Marília Campos e deputados André Quintão, Antonio Carlos Arantes, Alencar da Silveira Jr., Bruno Engler, Carlos Henrique, Carlos Pimenta, Cássio Soares, Celinho do Sintrocel, Cleitinho Azevedo, Dalmo Ribeiro Silva, Delegado Heli Grilo, Doutor Jean Freire, Gil Pereira, Guilherme da Cunha, Gustavo Valadares, Inácio Franco, João Vítor Xavier, Léo Portela, Marquinhos Lemos, Noraldino Júnior, Professor Irineu, Sargento Rodrigues, Tadeu Martins Leite e Ulysses Gomes.

III – Discussões

III.a – Síntese da exposição da secretária de Estado de Educação, Júlia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna

A secretária iniciou a reunião fazendo uma exposição sobre os desafios que se colocam à frente da pasta e as prioridades do setor na gestão que se inicia, com destaque para as seguintes metas:

- melhoria dos índices de qualidade da educação básica e a redução das taxas de reprovação e de abandono escolar;

- regularização dos repasses financeiros às escolas e aos municípios, priorizando-se a alimentação escolar, o transporte escolar e a manutenção e custeio das unidades escolares;
- realização de obras emergenciais nas escolas e a retomada de obras paralisadas, por meio do Programa Mãos a Obra na Escola;
- integração com as Superintendências Regionais de Ensino – SREs – para aprimoramento da base de dados das escolas e instituição de calendário integrado da rede escolar, de forma a viabilizar os diagnósticos de necessidades de intervenção pedagógica e outras demandas;
- cumprimento do acordo com a ALMG no que concerne ao número de matrículas da Educação de Tempo Integral;
- implantação do Currículo Referência de Minas Gerais, na educação infantil e no ensino fundamental e planejamento dessa ação no ensino médio;
- aprimoramento da educação profissional mediante designação e formação adequada dos professores e oferta de cursos voltada às necessidades do aluno, visando à empregabilidade e à progressão nos estudos;
- conclusão de processo seletivo para provimento dos cargos de superintendente regional de ensino e escolha democrática de diretor de escola, com oferta de capacitação técnica.

A Secretária Júlia também fez uma breve síntese do cenário financeiro do setor da educação, evidenciando a necessidade de priorização estratégica para aplicação de recursos em face da situação fiscal desfavorável em que se encontra o Estado. Ela afirmou que 100% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – Fundeb – serão destinados ao pagamento da folha de pessoal, com exceção dos recursos reservados às escolas municipalizadas e às Escolas Família Agrícola – EFAs. Também asseverou que já foram executados 267 dos 597 milhões previstos para a Quota Estadual do Salário Educação – Qese na regularização dos pagamentos aos municípios, transferências para as caixas escolares e ações de avaliação diagnóstica.

Outras informações sobre a gestão do setor educacional integram o Relatório Gerencial – Análise do Primeiro Quadrimestre de 2019 e o Relatório Institucional de Monitoramento Setorial, ambos encaminhados à ALMG previamente a esta reunião.

III.b – Assuntos abordados pelos deputados presentes à reunião

Recursos destinados à Educação

Foram feitos questionamentos acerca da baixa execução do orçamento da educação (aplicação do mínimo constitucional de 25% da receita de impostos e transferências), que, até o momento, apresenta o percentual de 15,83%. Foi enfatizada a necessidade de que as despesas relativas ao orçamento da educação sejam distribuídas proporcionalmente ao longo do ano, evitando-se o acúmulo de empenhos e projetos ao final do ano. A questão do contingenciamento financeiro também foi salientada pelos parlamentares, que chamaram a atenção para o baixo investimento nas universidades estaduais e que os cortes de recursos nessas instituições podem inviabilizar seu bom funcionamento, com perdas para os alunos mais carentes e até prejuízo ao atendimento no hospital universitário da Unimontes, entre outros problemas.

A secretária de Educação alegou que a execução dos recursos da educação já está, no período atual, superior a 20% do valor destinado à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino na Lei Orçamentária vigente e que a preocupação da secretaria reside em realizar os pagamentos e não apenas empenhar as despesas, como ocorreu na gestão anterior, sem respaldo financeiro condizente com as despesas planejadas. A SEE está fazendo vistorias nas escolas para avaliar as demandas e atenderá conforme a disponibilidade financeira, zelando para que a gestão não seja feita de forma irresponsável. A titular da pasta da educação enfatizou a necessidade de serem discutidos, em conjunto com a ALMG, os múltiplos desafios da educação, em face da atual insuficiência de recursos. Com relação especificamente à situação das universidades, seria necessário, segundo a secretária, priorizar os investimentos em cursos com maior absorção pelo mercado de trabalho, garantindo melhores condições de empregabilidade, bem como na garantia de permanência do aluno nos cursos.

A secretária Júlia sintetizou as discussões sobre o financiamento da educação afirmando que o Estado requer uma solução urgente para os problemas financeiros e que o plano de recuperação fiscal se mostra a alternativa mais rápida no momento. Os esforços, no âmbito da SEE, têm sido feitos para executar as despesas sem deixar restos a pagar.

Profissionais de educação

A secretária Júlia foi questionada sobre quando o Estado pretende solucionar o problema do grande número de servidores com vínculo funcional precário em relação aos efetivos, pois atualmente quase 70% dos professores são designados por contrato temporário. O Plano Estadual de Educação (Lei nº 23.197, de 2018) estabelece, na meta 16, estratégia 16.2, que, no mínimo, 90% dos profissionais do magistério e, no mínimo, 50% dos profissionais de educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo. Assim, indagou-se sobre o planejamento para nomeação de candidatos aprovados em concursos vigentes e realização de novos concursos.

Mencionou-se ainda que o problema do elevado número de professores designados alcança também as universidades mantidas pelo Estado, o que prejudica a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão por parte dos docentes universitários. Uma possibilidade de contornar o problema nas Universidades seria garantir contratos de trabalho com maior período de vigência em relação aos atuais, prorrogáveis por até três anos.

Houve questionamentos também se existiriam estudos da SEE conjuntamente com a Seplag sobre o impacto positivo decorrente da elevação do número de servidores efetivos e redução dos designados, haja vista a conseqüente elevação do número de contribuições à Previdência do Estado, fator concorrente para a redução do déficit atuarial.

Em resposta, a secretária afirmou que é necessário promover um debate mais amplo sobre a organização da educação e seu financiamento, pois, segundo ela, não adianta discutir qualquer ação que gere aumento de despesas sem lastro financeiro e que o acordo de recuperação fiscal poderia ser o ponto de partida para a melhoria das condições econômicas do Estado. A secretária asseverou que o principal objetivo neste início de gestão é não deixar de pagar os servidores e que não poderia anunciar compromissos que não pudessem ser honrados. Ela ponderou, ainda, que a valorização dos profissionais de educação básica pressupõe conhecer melhor o que está sendo realizado nas escolas para avaliar as condições de trabalho, alimentação, transporte, infraestrutura da rede, etc, para depois proceder às nomeações conforme a necessidade.

Educação Especial

Foram abordados pelos parlamentares as seguintes questões relativas à educação especial e aos direitos da pessoa com deficiência:

- necessidade de melhoria das condições de atendimento nas escolas comuns que recebem os alunos com deficiência, com garantia de acompanhamento por equipe multidisciplinar e adequação da acessibilidade em suas instalações. Segundo os deputados, muitos alunos que são transferidos para a escola comum abandonam o ambiente escolar em função da dificuldade de acesso e da falta de recursos pedagógicos e profissionais qualificados para atendê-los;

- transferência de recursos para o fornecimento de merendas para os alunos que frequentam o atendimento educacional especializado – AEE. Conforme a secretária, o repasse de recursos para a alimentação escolar foi regularizado, mas não se esclareceu se o repasse cobre as merendas dos alunos que frequentam o AEE, que ocorre no contraturno de escolarização;

- importância de articulação dos diretores das escolas especiais no Estado, para troca de experiências e trabalho conjunto. A secretária informou que a rede de escolas especiais está sendo criada;

- questionamento acerca da proposta pedagógica do atual governo para a educação especial, em vista das dificuldades de adequação das escolas comuns às especificidades dos alunos com deficiência e do fechamento de várias escolas especiais nos últimos anos. A secretária ressaltou a necessidade de se conhecer as deficiências dos estudantes, por meio da sua devida identificação no momento do cadastro escolar, para que sejam articulados os instrumentos pedagógicos específicos para cada condição. Porém, os educandos com deficiência ainda são anônimos para a Secretaria, o primeiro passo, então, é melhorar o cadastro, de forma que o aluno seja conhecido desde a sua matrícula e seja bem recebido pela escola;

- dificuldade na obtenção e renovação, pela rede pública, dos laudos de identificação de deficiência, inclusive os transtornos cognitivos, para os alunos da educação especial. Os deputados observaram que, devido a essa dificuldade, é necessário recorrer a profissionais do setor privado, mas a maioria das famílias não têm condição para isso. É necessário, portanto, identificar os polos no Estado que farão esse trabalho. A secretária assinalou que é preciso criar uma política integrada entre as áreas de saúde, educação e assistência social e que os municípios precisam ser mobilizados para a emissão dos laudos;

- possibilidade de alteração da Resolução SEE nº 4.112/2019 – que estabelece normas para a organização do quadro de pessoal para funcionamento das escolas estaduais a partir do ano letivo de 2019 –, para que se inclua um vice-diretor nas escolas especiais, visto que unidades, em função do número reduzido de alunos, contam apenas com o diretor. A secretária se comprometeu a encaminhar informações sobre o tema, após avaliação pela SEE;

- possibilidade de alteração dos critérios de terminalidade escolar de pessoas com deficiência. A secretária respondeu que vai estudar a legislação, mas reforçou que é necessário conhecer melhor o aluno para que a sua progressão na rede estadual seja bem planejada,

- ampliação do financiamento das Apaes, por meio de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Para tanto, o governo estadual está trabalhando para indicar que os alunos das Apaes estão vinculados à rede estadual de ensino;

- necessidade de ampliação da oferta de tradutores e intérpretes de Libras e profissionais de apoio nas escolas comuns. No entanto, os diretores têm dificuldade de encontrar profissionais capacitados nos municípios;

- criação de cursos de educação inclusiva para professores no Estado. Os deputados observaram que as universidades do Estado podem contribuir muito para a capacitação dos profissionais da educação.

Educação de tempo integral

Diversos parlamentares reafirmaram a importância de se manter e ampliar a educação de tempo integral sob várias justificativas, em especial como forma atender as necessidades das famílias em condições socioeconômicas desfavoráveis, salientando a importância do devido cumprimento do acordo formalizado com a ALMG de retomada e ampliação da oferta dessa modalidade de ensino. Sucintamente, os deputados fizeram os seguintes questionamentos à secretária sobre o tema:

- que critérios orientaram a seleção das escolas para manutenção ou cortes no número de vagas ofertadas, haja vista que casos concretos revelam que escolas em situação equivalente receberam tratamento diferenciado;
- qual o planejamento para alcance da meta 6 do Plano Estadual de Educação – PEE, que prevê que, no mínimo, 50% das escolas públicas devem oferecer educação em tempo integral, de forma a atender a, pelo menos, 25% dos estudantes da educação básica;
- se a SEE avaliou os reflexos da redução da oferta de educação de tempo integral, em face da comprovada necessidade de sua manutenção como política pública;
- qual a proposta pedagógica para as escolas de tempo integral.

A secretária Júlia ressaltou, em sua resposta, que o direito à educação integral deve ser garantido em sintonia com as normas federais, que preveem, por exemplo, o repasse de recursos para alimentação escolar e que o Estado está assegurando esse benefício agora em diversas escolas onde ele não estava sendo concedido. A secretária também reafirmou o acordo com a participação da ALMG, garantindo que as matrículas serão restabelecidas até o próximo ano e que o novo modelo da oferta está sendo concebido visando a eliminar as turmas multisseriadas, garantir a alimentação escolar e possibilitar a progressividade dos alunos em suas turmas, não se limitando à oferta de reforço escolar no contraturno. Segundo ainda a secretária, o critério para efetuar os cortes ou manutenção das matrículas foi o do nível socioeconômico dos alunos. Para alguns parlamentares, não houve resposta satisfatória ao questionamento dirigido a ela sobre os referidos critérios.

Ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional

Foram feitas indagações sobre o planejamento do Estado para o ensino médio, tendo em vista a reforma promovida pela legislação federal neste nível de ensino. Segundo a titular da pasta da educação é preciso haver viabilidade financeira para expansão do ensino médio com mais qualidade, de forma a poder oferecer mais tempo para que o aluno possa aprender conforme o seu

projeto de vida. Será elaborada uma matriz curricular prevendo-se os novos itinerários formativos e o ensino médio deverá contar com a jornada de tempo integral de modo integrado à educação profissional. Primeiramente será necessário identificar as demandas de investimento nas escolas para adequação da infraestrutura de maneira geral, incluindo-se as cozinhas e refeitórios, para garantir a segurança alimentar dos alunos.

Foram dirigidos à secretária questionamentos sobre a continuidade da oferta de educação profissional no Estado. A secretária informou que, no primeiro semestre, foi realizado diagnóstico para definir os locais onde haverá oferta do ensino profissional. Informou, ainda, que as normas para o processo de designação de professores interessados em atuar nas escolas que ofertarão os cursos seria publicado no Jornal Minas Gerais nos próximos dias. Ela destacou também que a Fundação Caio Martins – Fucam – e a Fundação Helena Antipoff – FHA – estão comprometidas em construir a educação profissional em consonância com as demandas do mercado de trabalho.

Também houve questionamento sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de educação profissional no sistema prisional. Segundo a secretária, a oferta dessas modalidades de ensino serão mantidas nesses espaços. Ressaltou, ainda, que a matriz curricular da educação de jovens e adultos está sendo revista para que seja condizente com as expectativas de aprendizagem e a realidade dos alunos, a fim de evitar a evasão escolar.

Educação Superior

A secretária Júlia foi questionada sobre qual a proposta para garantir a continuidade da pesquisa no Estado, haja vista a transversalidade das áreas de ensino e pesquisa. Chamou-se a atenção também para o fato de que especialmente a Uemg cresceu muito nos últimos cinco anos e que exige um olhar atento da SEE à qual são agora vinculadas as universidades estaduais.

A gestora da educação disse que recentemente visitou a Unimontes e pôde perceber a dinamização que a instituição produz na região e que é importante empreender esforços de integração das instituições de ensino superior do Estado com a educação básica, com vistas a aprimorar a formação de professores. Segundo ela os reitores das duas universidades já estariam engajados nesse objetivo.

Foi solicitada atenção da secretária para que o cargo de Subsecretário de Ensino Superior seja ocupado por pessoa pertencente à região onde se localiza a Universidade Estadual de Montes Claros. A secretária informou que reconhece a importância do conhecimento regional para atuar no cargo e destacou que o edital, com o perfil profissional do candidato, foi construído de forma coletiva.

Educação do campo, indígena e quilombola

Solicitou-se a necessidade de se dar maior atenção às Escolas Família Agrícola – Efas – no que tange ao apoio financeiro da secretaria, uma vez que os repasses, que seriam regularizados até maio deste ano, conforme declarado pela SEE, ainda estariam pendentes de regularização. Além disso, solicitou-se a instituição de grupo de trabalho para planejar o processo de transição para o novo modelo de apoio financeiro, já que as mudanças, inclusive a obrigatoriedade de realização de processos licitatórios por parte das Efas, não deveriam ser feitas de forma abrupta.

A secretária foi indagada, ainda, sobre a continuidade e expansão da oferta de educação especial para os alunos das comunidades indígenas e quilombolas e, ainda, se a SEE pretende manter a designação de professores indígenas para atuar naquelas comunidades. Solicitou-se, ainda, que se mantenha no quadro de pessoal da SEE pelo menos um servidor pertencente às comunidades indígenas, de modo a facilitar a interlocução com as diversas etnias indígenas do Estado.

Sobre as questões relacionadas às Efas a secretária se comprometeu a verificar o andamento da situação e também se os recursos foram empenhados. No tocante à educação indígena e quilombola, destacou a necessidade de que os componentes curriculares e o perfil dos profissionais para atuar nessas comunidades sejam condizentes com a cultura local.

Qualidade da Educação

Os parlamentares questionaram a secretária quais serão as ações desenvolvidas para melhorar os indicadores educacionais e a qualidade da educação no Estado e qual é a proposta pedagógica do governo para as mais de 3.600 escolas. Segundo a secretária, a melhoria da proficiência dos alunos será propiciada pelo aprimoramento da formação dos profissionais de educação, implementação do Currículo Referência de Minas Gerais, atuação conjunta com os municípios na alfabetização dos alunos no ensino fundamental, e, ainda, com a melhoria da oferta e qualidade da educação de jovens e adultos. A proposta pedagógica para as escolas, conforme a secretária, será viabilizada pela implementação do mencionado currículo.

Foi questionada ainda a existência de contrato firmado com a Fundação Leman, visando construir ou revisar o projeto pedagógico das escolas estaduais. A secretária informou que não há contrato firmado com esta instituição para essa finalidade.

Infraestrutura das escolas estaduais

Diversos parlamentares questionaram a falta de transparência em relação aos critérios utilizados na seleção das escolas a serem revitalizadas no âmbito do Programa Mãos à obra na escola, mencionando que algumas escolas não foram contempladas, apesar da necessidade premente de manutenção. A secretária informou que as escolas foram selecionadas com base no dimensionamento de urgências, observando-se aquelas com obra licitada e possibilidade de início imediato dos reparos. Sobre os casos específicos, comprometeu-se a verificar e prestar os esclarecimentos posteriormente.

Alimentação escolar

Foi perguntado à secretária de Educação qual será o aporte financeiro ao programa de alimentação escolar e se o percentual de 30% ou mais de produtos oriundos da agricultura familiar nas aquisições do programa será viabilizado, tendo em vista o estímulo à economia local e valorização da cultura alimentar das diversas regiões.

A secretária esclareceu que o percentual de aquisição de produtos da agricultura familiar é inferior ao do Estado do Rio de Janeiro, mesmo com a vasta produção agrícola de Minas Gerais, e que é necessário mobilizar os produtores e também as SREs para promoverem chamadas públicas para os agricultores poderem participar do processo de compra. O primeiro passo já foi dado, que é o de garantir a regularização dos repasses de recursos para a alimentação escolar.

Outros assuntos abordados pelos parlamentares

- críticas ao recebimento de jetons pelos secretários de Estado;
- solicitação de empenho para que sejam executadas as emendas oriundas do processo participativo do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, a cargo da Secretaria de Estado de Educação;
- avaliação dos critérios de seleção de profissionais para os cargos de provimento em comissão de Superintendentes Regionais de Ensino;
- críticas à adesão do Estado ao plano de recuperação fiscal, especialmente em face do impedimento de novas nomeações em concurso público na área de educação;
- situação funcional de servidores específicos que compõe o quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação;

- necessidade de integração da área de educação com as áreas de saúde e assistência social, como forma de combater a evasão escolar decorrente da vulnerabilidade social de parte do alunado.

IV – Recomendações

Em atendimento ao art. 9º da Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019, as comissões apresentaram recomendações decorrentes da reunião na forma dos requerimentos a seguir.

1) Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Pedidos de informação:

- [RQN 1.736/2019](#) – Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as estratégias que a secretaria de que é titular pretende adotar para aprimorar a integração com as áreas de saúde e assistência social, de forma a viabilizar o atendimento aos alunos em condições de vulnerabilidade, a expedição de laudos de deficiência e transtornos de aprendizagem e a busca ativa dos alunos que abandonaram a escola.
- [RQN 1.733/2019](#) – Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento do Estado para a oferta de educação de jovens e adultos e de qualificação profissional nos sistemas prisional e socioeducativo.
- [RQN 1.731/2019](#) – Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento do Estado para o cumprimento da estratégia 16.2 da Meta 16 do Plano Estadual de Educação em vigor, que prevê que, no mínimo, 90% dos profissionais do magistério e, no mínimo, 50% dos profissionais de educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo.
- [RQN 1.728/2019](#) – Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a possibilidade de alteração da [Resolução nº 4.112, de 2019](#), que estabelece normas para a organização do quadro de pessoal das escolas estaduais, com vistas a assegurar que as escolas especiais com número reduzido de turmas possam contar com um vice-diretor, conforme demanda apresentada em visita da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada no dia 7/5/2019, a essa secretaria.
- [RQN 1.725/2019](#) – Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento para a educação profissional na atual gestão, com ênfase

nos aspectos relativos a designação dos profissionais de educação, distribuição regional da oferta, infraestrutura das escolas e critérios para a seleção dos cursos ofertados.

- [RQN 1.734/2019](#) – Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento do Estado para a atuação da Fundação Caio Martins - Fucam - na condição de entidade vinculada à secretaria de que é titular.
- [RQN 1.730/2019](#) – Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a previsão de regularização dos repasses financeiros às Escolas Família Agrícola em 2019.
- [RQN 1.723/2019](#) – Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento do Estado para o atendimento das pessoas com deficiência nas escolas indígenas e quilombolas.
- [RQN 1.735/2019](#) – Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as propostas que serão adotadas para a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, uma vez que essas entidades passaram a ser integrantes da área de competência da secretaria de que é titular.
- [RQN 1.732/2019](#) – Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as metas que serão adotadas para o processo de expansão da oferta de educação integral na rede estadual de ensino, de modo que alcance a meta 6 estabelecida na [Lei nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018](#), que instituiu o Plano Estadual da Educação.
- [RQN 1.729/2019](#) – Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a proposta político-pedagógica da educação básica estadual que será adotada pelo governo do Estado.

Pedidos de providências:

- [RQN 1.700/2019](#) – Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja cumprido o piso salarial dos professores da educação básica, conforme disposto no art. 201-A da [Constituição do Estado](#).
- [RQN 1.687/2019](#) – Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que avalie a possibilidade de ampliar o período de contratação dos servidores designados para atuar na docência das universidades mantidas pelo Estado, de maneira a garantir a continuidade dos trabalhos de pesquisa, ensino e extensão.

- [RQN 1.686/2019](#) – Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que atue em conjunto com as superintendências regionais de ensino de forma a viabilizar e expandir a aquisição de produtos da agricultura familiar no Programa de Alimentação Escolar.
- [RQN 1.685/2019](#) – Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que avalie a possibilidade de revisão normativa da educação especial de forma a estender o período de terminalidade do percurso educacional conforme as necessidades dos alunos com deficiência intelectual.
- [RQN 1.684/2019](#) – Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que assegure a oferta de alimentação escolar aos alunos com deficiência que frequentam as classes ou serviços exclusivos de educação especial no contraturno.
- [RQN 1.683/2019](#) – Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que os recursos destinados à educação, em cumprimento do art. 201 da [Constituição do Estado](#), sejam aplicados proporcionalmente ao longo do exercício financeiro, evitando-se a concentração de despesas ao final do ano.
- [RQN 1.680/2019](#) – Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que a realização de parcerias com as universidades estaduais para formação, em nível de graduação, de especialistas e profissionais de apoio educacional na área de educação especial.
- [RQN 1.727/2019](#) – Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que sejam assegurados os recursos necessários para a operacionalização, manutenção e expansão das universidades públicas estaduais, conforme prevê a estratégia 18.11 da Meta 18 do Plano Estadual de Educação em vigor.
- [RQN 1.724/2019](#) – Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que apresente cronograma de nomeação e posse dos candidatos aprovados nos concursos regidos pelos Editais SEPLAG/SEE nºs 02, 03, 04 e 05/2014 e 07/2017, ainda vigentes, visto que atualmente o vínculo funcional de 68,1% dos docentes da rede estadual é por contratação temporária.

2) Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Pedidos de providências:

- [RQN 1.677/2019](#) – Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a articular com os gestores municipais, por meio da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência, ações para garantir o atendimento aos estudantes que necessitam de laudo para efetivar a matrícula em escolas especiais ou solicitar o atendimento educacional especializado.
- [RQN 1.681/2019](#) – ([RQN 1.680/2019](#) Anexado) – Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a realização de parcerias com as universidades estaduais para formação, em nível de graduação e pós-graduação, de especialistas e profissionais de apoio educacional na área de educação especial.
- [RQN 1.691/2019](#) – Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para alterar a [Resolução SEE nº 4.112/2019](#), que estabelece normas para a organização do quadro de pessoal das escolas estaduais, a fim de possibilitar que escolas de educação especial que tenham menos de 150 alunos possam contar com o cargo de vice-diretor, independentemente do número de turnos em funcionamento.
- [RQN 1.688/2019](#) – Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que assegure a oferta de alimentação escolar aos alunos com deficiência que frequentam as classes ou serviços exclusivos de educação especial no contraturno de escolarização.

Sala das Reuniões, de junho de 2019.

Deputada Beatriz Cerqueira

Presidente da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia –
Assembleia Fiscaliza.